

1 CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
2 ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
3

4 Ao sexto dia do mês de julho de dois mil e dezesseis, às oito e trinta horas, no auditório do
5 Conselho de Engenharia e Arquitetura do Distrito Federal, situ a SGAS - Quadra 901 Cj. D - SHCS,
6 Brasília – DF, ocorreu 1º reunião conjunta/2016 do Conselho de Meio Ambiente do Distrito
7 Federal – CONAM/DF e do Conselho de Recursos Hídricos – CRH/DF, atendendo à
8 convocação para a 57ª e 19ª reunião extraordinária dos respectivos conselhos, ambos
9 presididos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/DF, sob a seguinte pauta:
10 **Item 1a:** apresentação da minuta do Projeto de Lei do Zoneamento Ecológico Econômico do
11 Distrito Federal – ZEE/DF. **Item 2** – Informes. Fizeram-se presentes o Secretário de Estado
12 de Meio Ambiente do Distrito Federal, presidente do Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO
13 DE LIMA (SEMA), que presidiu a reunião e os seguintes Conselheiros (as): ADRIANA
14 SALLES GALVÃO LEITE (SEGETH); JOSÉ LINS DE ALBUQUERQUE FILHO
15 (SEAGRI); JANE MARIA VILAS BÔAS (IBRAM); LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS
16 (IBRAM); VANDETE INÊS MALDANER (IBRAM); MANOEL ALESSANDRO
17 MACHADO DE ARAÚJO (IBAMA/DF); JORGE ENOCH FURQUIM VERNECK LIMA
18 (EMBRAPA); LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (FORUM de ONGs);
19 MÔNICA VERÍSSIMO DOS SANTOS (FÓRUM de ONGs); REGINA STELLA QUINTAS
20 FITTIPALDI (FORUM ONGs); CLÁUDIO MALINSK (CBH/PRETO); ANA PALMIRA
21 SILVA (CBH/PARANOÁ); SÉRGIO KOIDE (UnB); FRANCISCO ALVES RIBEIRO
22 (FAPE); CARLOS AUGUSTO GUIMARÃES BAIÃO (FECOMERCIO); ANA PAULA
23 DIAS MACHADO DE C. PESSOA (FIBRA); ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO
24 NAVARRO (FIBRA); e MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO (ABES/DF).
25 Os demais Conselheiros (as) não justificaram ausência. Participaram como convidados:
26 Rogério A. B. da Silva (SEMA); José Lins de A. Filho (SEAGRI); Vanessa Cortines
27 Barroncas (SEMA); Ludmyla Castro e Moura (SEMA); Luiz Fábio G. Mesquita (IBRAM);
28 Cirlania Mota Alexandrino (ADASA); Carlos Roberto M. Vieira (SEGETH); Carolina
29 Schaffer (SEMA); Carlos Juliano R. Nardes (OAB/DF); Fernando Carvalho Dantas
30 (OAB/DF); Weverton Melo (SINDUSCON); Mariana Costa P. Pereira (ADASA); Ana Paula
31 Fogaça de Oliveira. Procedendo-se a segunda convocação e constatada a maioria absoluta de
32 seus membros, o presidente do Conselho deu por aberta a reunião conjunta CONAM/CRH-
33 DF, procedendo com o **item 1 da pauta**. O presidente lembrou que o ZEE/DF é um
34 instrumento estruturante e um legado da política territorial/ambiental do Distrito Federal. No
35 âmbito do Comitê Político, como forma de qualificar o instrumento, estamos utilizando as
36 informações, os dados, as análises, os relatórios, que vem subsidiando a formulação do ZEE,
37 em debates que estão em curso no governo, no que tange a projetos considerados estratégicos
38 e assim foi possível reorientar determinados investimentos em função do que já foi elaborado
39 pelo ZEE. Já tem elementos que permitem iniciar o processo de interação direta com a
40 sociedade. Pretendemos encaminhar o Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa - AL,
41 ainda este ano, apresentando à Comissão de Meio Ambiente e Assuntos Fundiários e, em
42 2017, para o Plenário da AL. Vamos fazer um debate na Comissão de Direitos Ambientais da
43 OAB/DF, Na FIBRA, no Fórum de ONGs, etc. Pretendemos criar um Grupo de Trabalho –
44 GT para refinar a minuta de projeto de Lei do ZEE, para isto, será enviado e-mail aos
45 Conselheiros para manifesto de interesse na participação. Passou a palavra à subsecretária
46 Maria Sílvia Rossi, que apresentou do ZEE. A proposta hoje é testar o conceito de zonas e
47 subzonas e captarmos as sugestões deste Conselho a respeito do tema. O propósito do
48 ZEE/DF é a construção da sustentabilidade nos seus três pilares: social, econômico, ambiental
49 e ainda, do político institucional. Temos grandes conflitos no marco legal. O propósito do
50 ZEE/DF é, também, de promover um nível de convergência de olhar sobre o território, a partir
51 de um olhar ecológico (capacidade de suporte a partir dos riscos), que é o nosso ponto de

Folha Nº 207

Processo Nº 393000062/2015 19ª Reunião Extraordinária – CRH/DF

Rubrica Jul 26 9 11 A

52 partida e, o econômico (a diversificação da base produtiva com geração de emprego e renda)
53 com o objetivo de incluir grupos 6 e 7 da socioeconomia do DF, que, hoje, compõe quase um
54 milhão de pessoas. Se não tivermos uma política pública objetiva de geração de emprego e
55 renda, em vinte anos, esses grupos estarão em situação de vulnerabilidade. Nós fizemos a
56 opção do ecológico ser tratado como risco e o econômico ser tratado como geração de
57 emprego e renda, como fator de inclusão socioprodutiva deste contingente. Foram
58 apresentados os riscos ecológicos para o território e a diversificação da base produtiva.
59 Salientou que vários estudos paralelos subsidiaram este trabalho, a exemplo do estudo de
60 renda per capita que nos permitiu dividir o território em sete grupos com base na renda. Isto
61 permitiu pensar a base econômica produtiva do território e suas conexões, definir a escala de
62 geração de emprego e renda, de forma estruturante, a partir de política pública, para
63 chegarmos a diversificação da base produtiva do DF e a possibilidade de geração de emprego
64 e renda de qualidade e em escala. É preciso articular os vários setores do governo para esse
65 planejamento ser coerente. Passou a palavra ao senhor Carlos Roberto/SEGETH que
66 apresentou a alocação da base produtiva com a geração de emprego no território. Esclareceu
67 que um trabalho apresentado pela secretaria de economia do DF apresentava os setores
68 estratégicos para a economia do DF a partir de uma matriz calcada na oportunidade de
69 desenvolvimento, por parte do governo e o que se pode oferecer para estes investimentos.
70 Foram propostos seis polos de desenvolvimento nas bordas do DF para ancorar cadeias
71 produtivas que alavancassem o desenvolvimento do entorno e a inversão de fluxo de
72 deslocamento da área central para o entorno. Aprofundamos este estudo incorporando as áreas
73 ambientais, urbanísticas, fundiárias e de mobilidade para definir a alocação dessas atividades,
74 com o envolvimento das secretarias de mobilidade, a SEGETH, a SEDS e o Metrô. Assim as
75 atividades produtivas foram definidas em três naturezas: N1, N2 e N3, de acordo com os
76 setores da economia e as áreas disponíveis para suas alocações. Atividades de tipo N1 –
77 Localizadas na malha urbana das RAs, com forte integração com a vida urbana e seus
78 diferentes usos, aproveitando a infraestrutura instalada e distribuída ao longo dos principais
79 eixos de transporte (basicamente setor terciário da economia). Atividades de tipo N2 –
80 Localizadas contíguas às rodovias, nas extremidades da malha urbana, podendo exigir áreas
81 maiores. Na franja da ocupação urbana, nos eixos de grandes rodovias, atualmente as áreas
82 sofrem pressão para ocupação habitacional (abrange secundário e terciário). Atividades de
83 tipo N3 – Localizadas em novas áreas (hoje rurais) que demandam a instalação de grandes
84 empreendimentos âncoras, prioritariamente nas bordas do DF, assegurado o transbordo de
85 cadeias produtivas nos municípios da RIDE, com arranjos de governança específicos (grandes
86 empreendimentos). Com base nisto foram definidas cinco áreas de desenvolvimento
87 produtivo: áreas de desenvolvimento produtivo do centro regional (1), próxima ao Polo JK
88 (2); de Sobradinho (3); na região de Planaltina (4) e polo de saúde (5). Estas são as áreas de
89 desenvolvimento produtivo para o DF, tanto para atividades de natureza N2, como de N3,
90 sobrepondo aos mapas de risco. A Conselheira Maria Silvia apresentou a proposta de zonas,
91 onde o DF foi dividido em duas grandes zonas: 1 – Zona ecológico/econômica de
92 diversificação produtiva, voltada aos serviços ecossistêmicos, que foi subdividida em cinco
93 subzonas (SZ-1, SZ-2, SZ-3, SZ-4 E SZ-5). 2 – Zona ecológico/econômica de dinamização
94 produtiva, voltada à redução de desigualdades socioeconômicas, que foi subdividida em oito
95 subzonas (SZ-A, SZ-B, SZ-C, SZ-D, SZ-E, SZ-F, SZ-G E SZ-H). A SZ-1 prioriza a garantia
96 da produção hídrica, pela eficácia das políticas de uso e ocupação do solo, controle de
97 desmatamento de novas áreas, plano de desenvolvimento rural, diretrizes para o entorno das
98 UCs, atividades econômico/produtivas. A subzona SZ-2 prioriza a conservação dos ambientes
99 naturais, por meio da eficácia de atividades econômicas sustentáveis, sem descuidar de
100 corredores ecológicos, do zoneamento e planos de manejo para as UCs existentes. A subzona
101 SZ-3 prioriza a recarga dos aquíferos e preservação dos corredores ecológicos, por meio de
102 atividades agrícolas compatíveis com os objetivos da subzona. A SZ-4 prioriza as atividades

103 econômicas agrícolas e agroindustriais que não ofereçam riscos de contaminação dos
104 aquíferos. Por fim, a SZ-5 priorizando a preservação ambiental e a manutenção dos
105 remanescentes do Cerrado nativo, por meio da integridade e continuidade do maciço
106 ecológico de Cerrado, dos programas de conservação, do aporte de infraestrutura compatível e
107 das baixas densidades de ocupação. A SZ-A, com o objetivo de promover o desenvolvimento
108 produtivo do Sudoeste, prioriza o desenvolvimento de grandes negócios relacionados à área
109 metropolitana limítrofe. A SZ-B objetiva a integração do eixo Sudoeste de desenvolvimento
110 priorizando à consolidação do centro metropolitano e integração dos núcleos urbanos do eixo
111 Sul/Sudoeste. A SZ-C objetiva a qualificação da infraestrutura para proteção do Lago
112 Paranoá, priorizando a qualificação da infraestrutura de saneamento ambiental e a
113 recuperação de danos ambientais, como forma de promover a integridade e funcionalidade
114 dos tributários do Lago Paranoá. A SZ-D objetiva a garantia dos usos múltiplos do Lago
115 Paranoá, priorizando a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - CUB, a promoção
116 das oportunidades econômicas advindas do turismo cívico e arquitetônico e a proteção do
117 Lago Paranoá, como elemento da paisagem urbana e manancial de abastecimento público,
118 assegurados seus usos múltiplos. A SZ-E objetiva o controle de uso do solo para proteção do
119 rio São Bartolomeu, priorizando a manutenção de condições adequadas de permeabilidade do
120 solo e preservação do Cerrado nativo. A SZ-F objetiva o controle do uso do solo para
121 proteção do Lago Paranoá), priorizando a manutenção das condições de permeabilidade do
122 solo e de proteção de nascentes para a garantia da alimentação do reservatório do Lago
123 Paranoá, bem como à implantação de infraestrutura de saneamento ambiental para garantia da
124 qualidade da água deste manancial. A SZ-G objetiva a promoção do desenvolvimento
125 produtivo Norte, priorizando a implantação de áreas de desenvolvimento produtivo de
126 Natureza N2 e à adequação de usos para permissão de atividades econômicas de Natureza N1,
127 nos núcleos urbanos de Sobradinho e Planaltina, para assegurar a geração de empregos e
128 renda na porção Norte do território, mantidas as condições adequadas de permeabilidade do
129 solo, visando garantir a produção de água nos tributários do Rio São Bartolomeu. A SZ-H
130 objetiva a conservação da paisagem natural, priorizando a implantação de áreas de
131 desenvolvimento produtivo de natureza N1, N2 e N3 e, assegurada a preservação das
132 conexões ambientais e corredores ecológicos. Encerrou a apresentação. O presidente do
133 Conselho prosseguiu com a reunião para considerações dos Conselheiros. O Conselheiro
134 Manoel Araújo/IBAMA/DF pediu esclarecimentos sobre as usinas de asfalto, que estão
135 alocadas na SZ-2, e da região de Cafuringa, que tem alto potencial de conservação e também
136 abriga empresas de mineração. O Conselheiro Montenegro/ABES/DF observou que na SZ-1
137 há um trecho de Ceilândia que está dentro dessa Zona, a proposta era não ficar dentro da
138 Bacia do descoberto, mas ficou. Também está dentro o Condomínio Privê. Sobre tratamento
139 quaternário de esgoto, pouco se sabe. Mas antes de entendermos isto, temos que cuidar do
140 manejo adequado da poluição difusa e das águas pluviais. O mapa que falou sobre indicador
141 outorgado, talvez falte um diálogo com o enquadramento. Na SZ-A cabe uma menção sobre
142 os impactos das águas do Corumbá. Também gostaria de visitar os conceitos de
143 contaminação do solo. No caso do DF temos uma cobertura boa de rede de esgoto. Gostaria
144 de entender até que ponto estas considerações foram observadas na construção do mapa
145 apresentado no ZEE. A Conselheira Maria Sílvia esclareceu que em relação a SZ-2, várias
146 sugestões estão sendo colhidas junto ao IBRAM, que licencia estas atividades, para ajudar na
147 conclusão deste tema. O maior desafio é colocar comandos claros no ZEE para orientar o
148 licenciamento. Uma ideia é assegurar um comando para garantir a reconstituição da paisagem
149 de solo e subsolo após as escavações. Há algumas propostas neste sentido que estamos
150 estudando. Em relação aos questionamentos da ABES/DF, temos no DF quem defenda o
151 traçado do anel viário, contudo, demonstramos que na porção Norte e Norte do arco Leste não
152 há circulação de carga. Estamos agendando uma reunião com o DER/DENIT para discutir no
153 âmbito federal esta questão. Sobre as águas pluviais nós concordamos com o conselheiro.

Folha Nº 208
Processo Nº 39300006212015
Rubrica MD 2679712

19ª Reunião Extraordinária - CRH/DF

① [Handwritten signatures and initials]

154 visto que a impossibilidade de trabalhar ambientes urbanos mais qualificados vem, menos da
155 questão de efluentes lançados e mais da falta de controle da drenagem, porque ela
156 impossibilita, no total de poluentes no rio, que a CAESB lance mais. São algumas questões
157 que precisam ser revistas para chegarmos a uma solução. A CAESB coloca que é preciso
158 incluir uma estratégia de orçamento para a CAESB e NOVACAP para que isto seja
159 harmônico. Sobre o indicador outorgado, vamos retomar a revisão, visto que o Conselheiro
160 tem razão na observação, uma vez que o enquadramento é nosso eixo de qualidade em todas
161 as Zonas. Alguns dados que já temos, vindos de estudos da UnB, mostram que já temos um
162 nível de contaminação do subsolo no DF, na região do Jardim Botânico, e estamos
163 considerando isto. Passou a palavra à Conselheira Regina Fittipaldi, que inquiriu sobre o
164 que está sendo construído, do ponto de vista do código de obras e edificações, para integrar
165 novas tecnologias, como, energia solar, recarga, etc. Como o governo está trabalhando para
166 solucionar os problemas resultantes do lixo da estrutural, no que se refere a contaminação
167 dos aquíferos. O que está sendo planejado para a mobilidade urbana no DF, no sentido de
168 amenizar os problemas climáticos. E, por fim, é preciso que a cidadania se aproprie das
169 audiências públicas como instrumento de consulta e participação da sociedade e não como
170 mera formalidade. Finalizou. O Conselheiro Thiago/SEGETH lembrou que, quanto a
171 mobilidade, o governo partilha de vários conceitos fundamentais, a exemplo daquele que tenta
172 inibir o transporte individual e estimular o transporte coletivo. Já estão sendo trabalhados o
173 aumento das ciclovias, etc. Outra questão que está sendo estudada é a da certificação da
174 energia solar atrelada à renúncias fiscais quando comprovada a certificação ambiental do
175 empreendimento. A permeabilidade intralotes também está sendo trabalhada, considerando a
176 infiltração, o retardo, a arborização, etc. Finalizou. Passou a palavra ao Conselheiro Mourão
177 que questionou como este instrumento valioso que é o ZEE vai permear a sociedade e o
178 próprio governo para consolidar a efetivação daquilo que está sendo proposto. O Conselheiro
179 Thiago informou que, quanto mais transparente for o documento final do ZEE mais ele tem
180 chance de ser internalizado pela sociedade. O presidente da reunião informou que o governo
181 está trabalhando para dar a assistência socioeconômica que os catadores precisam nesse
182 processo de fechamento do lixo da estrutural. Também está sendo trabalhado o plano distrital
183 de resíduos sólidos. Na política de clima temos um inventário de clima do DF que precisa ser
184 melhorado, já estamos trabalhando nisso. Na questão da mobilidade temos um plano de
185 mobilidade, que será apresentado a este conselho. Quanto as indústrias de cimento estamos
186 trabalhando para construir um protocolo de redução das emissões, com a participação
187 voluntária das empresas do setor. Passou a palavra ao Conselheiro Fernando/OAB que
188 parabenizou o trabalho do ZEE e colocou a instituição a disposição para auxiliar na
189 formatação da minuta do ZEE. Inquiriu se, na construção desses mapas foi levada em
190 consideração a estruturação fundiária do DF. A Conselheira Adriana/SEGETH lembrou que
191 os mapas apresentados não trazem, de forma satisfatória, a estratégia. É preciso olhar se há a
192 necessidade de ter esse reflexo. Finalizou lembrando nas áreas onde estão as N2 e N3, foi
193 apresentado que estas áreas tem necessidade de mudança de zoneamento. É preciso avaliar
194 melhor esta questão. Passou a palavra à Conselheira Mônica Veríssimo que chamou a atenção
195 para o fato de que o ZEE deve dizer os limites deste trabalho, uma vez que não vai responder
196 a todas as necessidades do DF. O mapa de risco não compatibilizou o zoneamento com os
197 demais ZEEs dos Estados, conforme determina o MMA. No caso de Goiás foi feito um
198 zoneamento de áreas prioritárias, que vai ao encontro do que está determinado na Convenção
199 da Diversidade Biológica - CDB. O Goiás também estabelece as unidades de paisagem, e isso
200 não apareceu aqui no ZEE do DF. Na SG, está colocada uma área de dinamismo sobreposta
201 ao REBIO de Contagem, pode ser questão de escala. Na APA do Gama Cabeça de Veado,
202 está colocada zona de preservação da vida silvestre da APA a área de expansão do aeroporto,
203 isto é preciso ser revisto. Isto é uma zona de preservação mais restritiva, é preciso ser
204 considerada no todo. A SZ-1 está colocada para a questão do Descoberto e do Parque

205 Nacional Santa Maria. Então eu pergunto: porque não incluíram no SZ-1 o próprio Paranoá?
206 É importante lembrar que o Código Florestal - CF, Art. 14, trás que as reservas legais serão
207 todas colocas no ZEE. Eu não vi esta colocação no ZEE. O Art. 25, do CF trata só de áreas
208 urbanas, então, pode incluir este artigo, visto que lá já tem alguns conceitos. É importante
209 retornar as áreas de APMs. Também recomendo a sobreposição das Reservas da Biosfera –
210 RDBs, em cumprimento ao Plano de Lima. Quando eu olho o mapa não dá pra perceber o
211 nível de fragmentação nas zonas. As manchas colocadas nestes mapas são maiores do que as
212 estabelecidas no PDOT, isso fragiliza ainda mais as unidades já existentes e as conquistas até
213 aqui processadas. Finalizou. A Conselheira Maria Sílvia esclareceu que esta reunião tem o
214 objetivo precípua de ouvir as sugestões dos Conselheiros e que todas as sugestões estão
215 anotadas e serão estudadas cuidadosamente, podendo, em alguns casos, serem consultados
216 para discussões mais detalhadas. Lembrou que ainda tem muitas discussões em aberto, que
217 são necessárias para o fechamento do documento. Agradeceu as contribuições e finalizou.
218 Não havendo mais considerações, o Presidente encerrou a reunião. A Ata será lida e aprovada
219 por todos os conselheiros presentes e, posteriormente, publicada no Diário Oficial do Distrito
220 Federal.

ANDRÉ LIMA
SEMA

Folha Nº 209
Processo Nº 3930000062/2015
Rubrica 460 2679-114

ADRIANA SALLES GALVÃO LEITE
SEGETH


JANE MARIA VILAS BÔAS
IBRAM

VANDETE INÊS MALDANER
IBRAM


JORGE ENOCH FURQUIN W. LIMA
EMBRAPA

MÔNICA VERÍSSIMO DOS SANTOS
FÓRUM de ONGs

JOSÉ LINS DE ALBUQUERQUE FILHO
SEAGRI

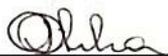

LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS
IBRAM


MANOEL ALESSANDRO M. DE ARAÚJO
IBAMA/DF

LUIZ ERNESTO B. DE MOURÃO SÁ
FÓRUM de ONGs


REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI
FÓRUM de ONGs

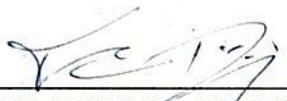
CLÁUDIO MALINSK
CBH/PRETO



ANA PALMIRA SILVA
CBH/PARANOÁ

SÉRGIO KOIDE
UnB

CARLOS AUGUSTO G. BAIÃO
FECOMÉRCIO



FRANCISCO ALVES RIBEIRO
SRDF

ANTÔNIO CARLOS DE A. NAVARRO
FIBRA



ANA PAULA D. M. DE CASTRO PESSOA
FIBRA



MARCOS HELANO F. MONTENEGRO
ABES/DF